

**Extensão universitária e a construção
de um conhecimento emancipador:
a experiência do Centro de Memória
Professora Batistina Corgozinho**

José Heleno Ferreira

Flávia Lemos Mota de Azevedo

1 Introdução

A extensão universitária é um campo marcado pela potencialidade e pelos desafios. Por um lado, apresenta-se como espaço de atuação da universidade junto à comunidade, o que representa possibilidades inúmeras de socialização dos saberes docentes e discentes construídos no âmbito acadêmico, além do contato com os saberes produzidos fora dele. Por outro, o trabalho extensionista pode incorrer no risco de se fazer a partir de uma concepção hierarquizada do conhecimento, considerando a comunidade e os sujeitos que a compõem como destinatários passivos do saber produzido pela academia.

Neste texto busca-se apresentar os princípios teóricos acerca da extensão universitária que orientam a atuação do Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho

(UEMG Unidade Divinópolis) para, em seguida, apresentar alguns aspectos do trabalho que vem sendo realizado nos últimos anos.

2 Extensão e conhecimento emancipador

A passagem de um estado de consciência ingênua para um estado de consciência crítica exige um processo educativo. “Se não se faz este processo educativo, só se intensifica o desenvolvimento industrial ou tecnológico e a consciência sofrerá um abalo e será uma consciência fanática. Este fanatismo é próprio do homem massificado” (FREIRE, 1983, p. 39).

O que enuncia Paulo Freire, em texto escrito em 1979, data da primeira edição de “Educação e Mudança”, soa profético quando analisamos a realidade brasileira contemporânea. E tal profecia coloca, para as universidades, o desafio de construir processos de construção do conhecimento que sejam emancipadores, para além do conhecimento regulador (SANTOS, 2001) que, muitas vezes, marca o processo de produção do conhecimento das ciências e todo o fazer universitário.

No âmbito do fazer universitário, que se caracteriza pelo ensino, pesquisa e extensão, há que se afirmar o potencial do trabalho extensionista nesse processo de construção de um conhecimento emancipador, uma vez que a extensão possui características que podem contribuir para mudanças nos processos de ensinar e aprender, além de

um arsenal metodológico, que se diferencia do ensino e da pesquisa ao privilegiar o encontro entre professores, professoras, estudantes e as comunidades nas quais a instituição está inserida ou com as quais estabelece relações diversas. Os trabalhos extensionistas caracterizam-se por se constituírem nas experiências (e não nos experimentos), e ao promover o encontro entre diferentes saberes pode contribuir para a construção de um novo senso comum.

Boaventura Sousa Santos (2001) afirma que a ciência tem sido pouco cuidadosa na análise das consequências de seus atos, o que, paradoxalmente, tem ocasionado a perda da identidade e referência cultural das comunidades tradicionais, a deterioração da vida no planeta e, em última escala, colocado em risco a própria humanidade. Defende, o autor, uma epistemologia que trabalhe com a perspectiva do conhecimento emancipador ao invés do conhecimento regulador. Enquanto o segundo caracteriza-se pela ênfase no experimento e pela produção de conhecimento, a partir da realização de experiências que possibilitem um conhecimento fidedigno, o primeiro caracterizar-se-ia por uma relação sujeito-objeto que tem como base a reciprocidade. Tal princípio pressupõe o reconhecimento de diferentes saberes e a solidariedade entre os sujeitos envolvidos na produção/construção de novos saberes.

Afirma ainda o sociólogo português que a ciência moderna erigiu-se contra o senso comum e, se por um lado, tal característica contribuiu para o desenvolvimento científico, para a avanço tecnológico, por outro negou os saberes populares e impediu homens e mulheres de participarem da

construção do conhecimento “enquanto atividade cívica no desvendamento do mundo” (SANTOS, 2000, p. 224).

Os séculos XVII e XVIII trouxeram para a humanidade uma nova perspectiva: o surgimento da ciência e da “infinita” capacidade de desenvolvimento técnico-científico. Os iluministas apregoavam a possibilidade de um novo mundo, sem dores, sem miséria, sem sofrimento. O ser humano seria libertado das amarras do trabalho pesado e dedicar-se-ia à própria ilustração. Tudo isso seria possibilitado pelo desenvolvimento científico. Assim afirma o projeto político da Modernidade que, em termos epistemológicos, defendia a possibilidade de o ser humano chegar ao conhecimento objetivo, seja pela razão (o Racionalismo de Descartes), seja pela experiência (o Empirismo de Bacon). De qualquer forma, afirmava-se a possibilidade do conhecimento puro, desideologizado, dessubjetivado... Em suma: os modernos acreditavam na possibilidade de, por meio da ciência, a humanidade conhecer e dominar a natureza, utilizando-a para a promoção de uma vida melhor a todos.

O século XX, não obstante o enorme progresso técnico, as inúmeras e novas possibilidades que trouxe à humanidade, trouxe também o questionamento ao Projeto Iluminista. Diante de duas guerras mundiais, dos desastres ambientais, da fome e miséria crescentes, da bomba atômica e acidentes nucleares, como acreditar que o avanço da ciência estaria a serviço da humanidade?

Os questionamentos e as incertezas quanto aos rumos tomados pela ciência nortearam as pesquisas e os estudos das comunidades científicas durante o século XX. É nesse sentido que surgem diferentes tendências metodológicas nesse século, tais como o Empirismo Lógico, cujo principal expoente é Rudolf Carnap, e o Racionalismo Crítico, de Karl Popper. Um pouco mais tarde, T. Kuhn apresenta sua contribuição quanto à compreensão do progresso científico, em sua obra “A estrutura das revoluções científicas” (CARVALHO, 2001).

Os empiristas lógicos reafirmam que o conhecimento científico deve passar pelo crivo da experiência e que seu resultado deve ser observável e mensurável – qualidades sem as quais não seria científico. Afirmam também a necessidade de se chegar a uma linguagem universal da ciência, devendo o conhecimento ser expresso logicamente, sendo possível a todo e qualquer cientista estudá-lo e, se for o caso, perceber equívocos e lacunas...

Karl Popper e Thomas Kuhn rompem com a ideia de um conhecimento científico que seja definitivo. Ambos têm em comum a visão do conhecimento como algo provisório, transitório, que estará sempre em discussão, uma vez que não é acabado. Popper afirma que o avanço da ciência só é possível se o cientista (ou uma comunidade científica) não se prender às teorias já comprovadas e buscar negá-las. Afirmar ainda que uma teoria que não pode ser falseada é pouco informativa e, portanto, não-científica. Tem-se então que o ponto de partida do conhecimento é a teoria (não existe experiência atórica), que é percebida de

forma subjetiva. As experiências devem ser realizadas no sentido de testar a teoria e não no sentido de confirmá-la. Esse exercício possibilitaria o avanço científico, pois que o cientista não estaria preso a verdades, e sim aberto aos questionamentos da realidade e da comunidade científica às teorias apresentadas. Privilegia-se, então, o método dedutivo: a partir de uma análise do universal (da teoria), busca-se compreender o particular, a experiência sensível...

Kuhn, ao elaborar a teoria dos paradigmas científicos, afirma que uma comunidade científica trabalha com um determinado paradigma – um conjunto de valores, ideais e ideias, crenças – que norteia suas ações. Esse paradigma estaria marcado pelos aspectos históricos e psíquicos do(s) cientista(s): nada objetivo, portanto. Sua teoria denomina ciência normal o período em que uma comunidade científica trabalha com um único paradigma, aceito por todos, afirmando ainda que esse paradigma fatalmente entrará em crise quando apresentar anomalias ou não apresentar os resultados desejados. Nesse período de crise, um novo paradigma será gestado, e tem-se então a revolução... E esse círculo se repetirá indefinidamente.

A crítica que se faz, na contemporaneidade, ao conhecimento científico expressa a condenação de um modelo de ciência que, ao trilhar o caminho da dicotomia entre o desenvolvimento técnico e o desenvolvimento humanístico, perdeu a consciência, como lembra Morais (2001): “assim foi que a ciência, a medida em que quis romper com a reflexão filosófica, perdeu, e muito, a consciência de si. E já deixou dito Montaigne que ‘Ciência sem consciência

não é mais do que a morte da alma” (p. 91). Porém, essa mesma crítica pode (e deve) ser também compreendida como uma alavanca para a construção de um novo modelo de ciência que, ao buscar o desenvolvimento tecnológico, o faça com uma clara opção pela construção de um mundo mais humano.

Buscando novamente a contribuição de Santos (2001), pode-se afirmar que os questionamentos que se faz à ciência moderna estariam no desequilíbrio entre o conhecimento como regulação e o conhecimento como emancipação. Um conhecimento que se basta a si mesmo, que, ao desencantar o mundo, tornou-o triste. Um conhecimento que não reconhece os saberes populares, os saberes tradicionais produzidos fora da academia. Em última instância, um conhecimento que quantifica a natureza e as relações humanas e avilta os princípios de solidariedade e o reconhecimento e o respeito à diversidade.

Nesse sentido, é importante também considerar a contribuição de Walter Benjamin (1980) ao analisar o empobrecimento do sujeito diante da perda da capacidade de vivenciar e narrar experiências. Diz-nos o autor que

torna-se cada vez mais raro o encontro com pessoas que sabem narrar alguma coisa direito. É cada vez mais frequente espalhar-se em volta o embaraço quando se anuncia o desejo de ouvir uma história. É como se uma faculdade, que nos parecia inalienável, a mais garantida entre as coisas seguras, nos

fosse retirada, ou seja: a de trocar experiências (BENJAMIN, 1980, p. 57).

A negação da experiência e a afirmação do experimento trazem como consequência a negação dos processos coletivos de vivência do mundo e de produção de conhecimentos fora do âmbito universitário. Afinal, a vivência e a experiência não compõem o universo científico, mas, sim, o experimento, a descoberta, a comprovação. E, assim, as práticas que se realizam fora desse universo, o científico, são categorizadas como de segunda ou terceira categoria.

O que se busca afirmar neste texto é o potencial do trabalho de extensão na superação da dicotomia entre saberes científicos e saberes populares e ou tradicionais, na ruptura com o princípio de hierarquização de diferentes saberes e diferentes culturas.

Obviamente, os desafios que se colocam à extensão universitária são muitos, uma vez que a prática extensivista pressupõe uma “postura intelectual aberta à inter e à transdisciplinaridade, que valorize o diálogo e a alteridade” (PAULA, 2013, p. 17). Para além disso a extensão universitária convoca a universidade a assumir o seu compromisso com a transformação social e a promover a socialização do conhecimento científico, reconhecendo, valorizando e divulgando também outros conhecimentos produzidos *fora de seus muros*.

Entre as experiências históricas que evidenciam de forma contundente o papel e o potencial da extensão universitária está a experiência da Universidade de Recife,

na década de 1960, através do Serviço de Extensão Universitária e do trabalho desenvolvido por Paulo Freire. O livro escrito por Freire em 1969, já no exílio no Chile, “Extensão ou Comunicação?” (1969) discute a relação entre o saber técnico-científico e as culturas populares, analisando as ações concretas de alfabetização desenvolvidas no Nordeste brasileiro e os trabalhos desenvolvidos com camponeses chilenos. O princípio do diálogo como norteador da prática educativa é afirmado, no livro em questão, pelo educador brasileiro. Mais ainda, afirma-se uma relação na qual não haja sujeitos transformados em objetos passivos para a realização da pesquisa, objetivos passivos do conhecimento de outrem, mas, sim, sujeitos construindo conhecimento. Uma prática educativa em que não haja aquele que recebe o conhecimento e outro que lhe repasse, mas, sim, a interação. Diz-nos o patrono da educação brasileira:

Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. [...] O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demonstra uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e

os condicionamentos a qual está submetido seu ato. [...] Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer (FREIRE, 2010, p. 17-18).

3 A experiência do Centro de Memória

Professora Batistina Corgozinho (Cemud)

O Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho (Cemud), da UEMG Unidade Divinópolis, foi fundado no ano de 2005. Sua criação foi um desdobramento da execução do projeto financiado pela Fapemig “Uso da Tecnologia Digital, na preservação da Memória Histórico-Cultural de Divinópolis”, executado entre 2001 e 2003, a partir de uma parceria com o Arquivo Público Municipal de Divinópolis. O projeto, que contou com a colaboração de estudantes e professores e professoras de diversos cursos de graduação, como História, Ciências Sociais, Filosofia, Comunicação Social, entre outros, tinha como objetivo a digitalização e a disponibilização do acervo do Arquivo.

A partir dessa parceria, a digitalização, guarda e disponibilização do acervo documental digitalizado do Arquivo Público Municipal ficou sob responsabilidade do Cemud. Desde então, o Centro de Memória se constituiu como entidade custodiadora de acervos, cadastrada no Arquivo Nacional e no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)¹,

1 Código do Cemud no CONARQ BR MGCEMUD, disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/consulta-a-entidades/item/centro-de-memoria-professora-batistina-corgozinho.html>>.

órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que tem, por finalidade, definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, bem como exercer orientação normativa visando a gestão documental e a proteção especial dos documentos de arquivo².

O acervo do Cemud é composto por arquivos digitais e físicos, recebidos através de doação. Dentre os documentos que compõem o acervo físico do Centro de Memória, podemos destacar o acervo de documentos, fotografias e objetos pessoais de pessoas que marcaram a história de Divinópolis e região, como Dr. Luís Fernandes de Sousa, Sr. José Valério, Halim Souki, Professor Henrique Galvão, Professora Batistina Maria de Sousa Corgozinho; coleção de fotografias do antigo Foto Hauf; acervo de fotos do Divinópolis Tênis Clube; diversas coleções de jornais editados em Divinópolis desde o ano de 1916 até a atualidade (o jornal franciscano “A Semana”, o jornal “Divinópolis Jornal”, “A Estrela da Oeste”, o jornal “Movimento” entre outros.); uma extensa coleção dos boletins “Conversando com os Divinopolitanos” editados por Pedro X. Gontijo, entre os anos de 1941 e 1965; grande acervo de fitas com entrevistas produzidas a partir de diversos projetos desenvolvidos em conjunto com o Cemud e, ainda, um grande acervo digitalizado.

2 Ver informações disponíveis no site: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/>>.

Em 2012, o projeto “EmRedes: Portal da Memória do Centro-Oeste mineiro”, que propunha a criação de um banco de dados digitais e um Portal para disponibilizar esse material ao público em geral, foi premiado pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM – Ministério da Cultura – no Edital de Seleção Pública nº. 09, de 16 de novembro de 2012, Prêmio Pontos de Memória 2012.³ Tal premiação também conferiu ao Cemud seu reconhecimento e cadastro como entidade Museológica junto ao IBRAM. Desta forma, o Centro de Memória atua em duas importantes frentes de promoção do patrimônio cultural, fazendo recolhimento, organização, higienização, digitalização, conservação e disponibilização de acervos arquivísticos e museológicos.

Tal missão institucional fez com que a equipe do Cemud desenvolvesse um calendário de eventos, consoantes com as políticas de memória e patrimônio histórico e cultural brasileiro. Assim, ele participa, anualmente, da “Semana Nacional de Museus”; “Semana Nacional de Arquivos” e “Primavera dos Museus”. Além desses eventos, realiza, a cada dois anos, desde 2006, o Seminário de História e Memória do Centro-Oeste mineiro. O seminário publica, em seus anais (indexados), desde 2016, os trabalhos completos apresentados. Além disso, em todas as edições do Seminário, há uma seleção dos melhores trabalhos para publicação em livro, tendo já publicado seis livros resultados do seminário, com artigos de mais de 90

3 Informações disponíveis em: <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/08.11-edital-reclassificacao1.pdf>> e <<http://www.museus.gov.br/fomento/editais-2012/premio-pontos-de-memoria-2012/>>.

pesquisadores, promovendo, desta forma o adensamento da produção científica sobre a região.

O Cemud também é um espaço de guarda dos acervos produzidos em projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos por professores da UEMG Unidade Divinópolis, mas, também, como um centro de desenvolvimento de projetos, proporciona oportunidades para professores e alunos (em estágios, extensão, bem como a iniciação científica) dos variados cursos existentes na Universidade. Nesse sentido, o Cemud se constitui como um arquivo permanente em constante ampliação, visto que os projetos aqui realizados acabam por produzir novas fontes documentais, em especial o registro de memória, história, tradições e patrimônio cultural, que, inclusive, podem ser utilizadas em novas pesquisas desenvolvidas pelos cursos de graduação, pós-graduação e extensão.

No desenvolvimento de suas atividades, o Centro de Memória Prof.^a Batistina Corgozinho tem se orientado pelo princípio do diálogo com as comunidades urbanas e rurais de Divinópolis e outras cidades do Centro-Oeste mineiro. Esta perspectiva se faz notar em todos trabalhos realizados pelo Cemud e, com maior ênfase, durante a realização da Semana de Museus e da Primavera de Museus, desde 2015.

As exposições organizadas pelo Centro de Memória, por ocasião desses eventos, têm se pautado pela visibilização e divulgação dos saberes comunitários. Como exemplo, podemos citar a exposição sobre a aldeia Pataxó Muã Mimatxi, localizada em Lamounier, distrito de Itapeçerica/

MG, em 2015; os trabalhos sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Carmo do Cajuru, em 2016; a exposição sobre a história do Grupo Movimento – coral formado por pessoas com transtornos mentais, em 2017; o abraço ao Sobrado da Praça da Matriz e as oficinas de confecção de bandeiras nas comunidades rurais, em 2018; a exposição sobre o Congado da cidade de Bom Despacho/MG e as oficinas sobre as benzedeiças do bairro São Roque (Divinópolis/MG), a festa de São João realizada há 38 anos por uma mesma família na Comunidade do Choro (Divinópolis/MG), a festa de Santa Cruz e o Reinado nas comunidades rurais e urbanas de Divinópolis/MG, em 2019. Das edições de 2014 a 2019, o público que visitou as exposições ultrapassou o equivalente a 10 mil pessoas (lista de presença).

A educação patrimonial é uma das tarefas que o Cemud vem assumindo nos últimos anos. Tarefa esta que vem sendo cumprida por meio da realização de oficinas de educação patrimonial com educandos(as) e educadores(as) e nas visitas guiadas ao patrimônio histórico-cultural e ambiental de Divinópolis. Na internet, através do EmRedes – Portal da Memória do Centro-Oeste Mineiro⁴ (www.emredes.org.br), disponibilizamos ao público os documentos que compõem o acervo do Cemud, do diálogo que se busca estabelecer nas redes sociais (Facebook, Instagram, Youtube), utilizando o acervo do EmRedes. Nas oficinas de educação patrimonial, o Cemud já recebeu e/ou visitou mais de 20

4 O Portal da Memória do Centro-Oeste Mineiro EmRedes foi construído a partir de um prêmio do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), concedido à equipe que o mantém e da qual faz parte o autor deste projeto de pesquisa.

escolas das redes municipais e estaduais da região (Bom Despacho, Carmo do Cajuru, Divinópolis, Itaúna, Leandro Ferreira, Maravilhas, Papagaios, São Gonçalo do Pará, São José da Varginha), com a participação de mais de 2.800 alunos da educação básica.

Tais atividades, realizadas em conjunto com a educação básica, têm o objetivo de possibilitar aos adolescentes uma reflexão acerca da história, das tradições, e do patrimônio e assim promover a construção do pertencimento à cidade e aos professores e professoras a possibilidade de problematizar o currículo e o ensino de História, incorporando à prática docente a educação patrimonial e a história regional. As visitas guiadas com crianças e adolescentes, por roteiros previamente estabelecidos, têm como princípio a apresentação da cidade – a história oficial, os apagamentos e silenciamentos da história e suas marcas nas ruas, prédios e rios. Tais atividades encantam meninos e meninas que moram na cidade, mas nem sempre a veem, que transitam por ruas e avenidas sem perceber os processos de modificação das estruturas edificadas que contam algumas histórias e silenciam outras tantas. Representam, ainda, para eles(as), a oportunidade de conhecer o centro urbano do município, suas estruturas de lazer, espaços dedicados às manifestações culturais, centros comerciais, enfim, espaços públicos, negados à grande parte do público. Problematizam a história dos bens materiais reconhecidos legalmente como patrimônio histórico-cultural e outros tantos que não têm esse reconhecimento assim como o não reconhecimento dos bens materiais das regiões em que vivem.

São infinitas as possibilidades de roteiros a serem trilhados em busca da história da cidade, uma vez que ela, a história, logicamente estará presente em todos os espaços em que estão ou estiveram presentes os seres humanos. Entre esses roteiros, destaca-se a visita ao centro antigo da cidade, começando pela Praça Dom Cristiano, seguindo para a Praça Candidés, Parque Ecológico Dr. Sebastião Gomes Guimarães, Usina Gravará e a Praça do Mercado.

Cada um desses pontos aqui elencados trazem inúmeras possibilidades de se discutir a história da cidade e dos homens e mulheres que ali viveram e vivem. Para exemplificar estas possibilidades, apresenta-se aqui o ponto inicial e o ponto final do roteiro já citado: a Praça Dom Cristiano e a Praça do Mercado.

3.1 A Praça Dom Cristiano

Na Praça Dom Cristiano, conhecida popularmente como Praça da Catedral, encontra-se a edificação mais antiga do município: o Sobrado do Largo da Catedral, que até pouco tempo abrigava o Museu Histórico de Divinópolis. Edificado em 1830, aproximadamente, o sobrado teve decretada a sua destruição na década de 1980, uma vez que o governo municipal planejava abrir, naquele espaço, uma ampla avenida. Tal destruição foi impedida pelo movimento popular que o cercou após a derrubada de uma parte do mesmo, impedindo que o maquinário da Prefeitura Municipal consolidasse o trabalho iniciado. Em 15 de dezembro de 1988, foi tombado pela Lei nº. 2.456.

O sobrado, com suas imensas vigas de madeira, seus alicerces de pedra sobre pedra, seus tijolos de adobe permitem conhecer um pouco dos processos de construção na primeira metade do século XIX. Sabe-se que o prédio foi construído com o objetivo de abrigar a família do capitão Domingos Francisco Gontijo nas suas estadias no então Arraial do Divino Espírito Santo do Itapecerica. Quem o construiu? Quem transportou as vigas de madeira e as pedras? A ausência dos nomes daqueles que o construíram é uma rica oportunidade para discutir com crianças e adolescentes os silenciamentos que compõem a História Oficial.

Nos seus quase dois séculos de existência, o Sobrado do Largo da Catedral serviu a diversas finalidades: sala de cinema, posto de saúde, escolas, cúria paroquial, convento de frades, entre outras. Dessa forma, contar a história do sobrado é também contar diferentes aspectos da história do município. Para além disso, à esquerda do prédio, temos ruas estreitas e cheias de curvas e, à sua direita, avenidas largas e retilíneas. Observar as diferenças entre os traçados das ruas, num e noutro ponto da cidade, é um exercício interessante para que as crianças e adolescentes possam perceber que a cidade, bem como tudo aquilo que a cerca, é produto da construção humana e que esta construção, em cada tempo e lugar, está marcada pelas condições objetivas daquele momento histórico, além de condicionadas pelos interesses daqueles que as produziram ou fizeram com que fossem produzidas.

3.2 A Praça do Mercado

O Mercado Municipal, construído na década de 1950, ocupa quase toda a praça que leva o seu nome. Trata-se de uma construção que, em 1957, foi saudada pelo jornal *O Globo*⁵ como uma das mais arrojadas do país. À frente do Mercado, encontra-se uma pequena capela, construída na década de 1980 (réplica da Igreja de Nossa Senhora do Rosário que ali existiu), em cujo altar lê-se uma inscrição afirmando que naquele local, desde 1850, os reinadeiros se reuniam para celebrar sua fé e reverenciar Nossa Senhora do Rosário.

A história deste ponto da cidade chama atenção, na perspectiva da educação patrimonial, exatamente pela possibilidade de discussão acerca das transformações pelas quais passam os espaços urbanos, entre outros. Antes da década de 1950, o local era ocupado pelo cemitério municipal, pelo cruzeiro e pela Igreja de Nossa Senhora do Rosário. A destruição da Igreja, do cruzeiro e do cemitério, com o traslado dos restos mortais que lá se encontravam para o novo cemitério da cidade, deu lugar ao moderno Mercado que, posteriormente, passou por períodos de completo abandono (entre o final da década 1990 e os primeiros anos do século XXI) e desde 2016 vem sendo revitalizado como espaço comercial e de oferta de entretenimento ligada a apresentações musicais, principalmente.

5 A informação pode ser verificada no acervo do Centro de Memória Prof.^a Batistina Corgozinho (Cemud).

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário não existe mais. Por que existiu, se tão próxima à Catedral do Divino Espírito Santo, localizada na praça já descrita neste texto? Por que foi destruída? Deveria esta Igreja ter sido preservada? Por que não houve um movimento popular impedindo sua destruição, a exemplo do que houve com o Sobrado da Praça da Catedral? O que significou para a população a destruição do cemitério? Não seria possível construir o mercado noutra local?

José Saramago (1990) já nos ensinou que temos respostas demais, o que demora é o tempo das perguntas. Exatamente elas, as perguntas, orientam e enriquecem a atividade de educação patrimonial realizada em torno da Praça do Mercado, diante da presença monumental do mercado e da ausência, também monumental, da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e do Cemitério.

Não temos respostas para as perguntas que nos fazemos. Muito menos para aquelas que são feitas pelas crianças e adolescentes. Mas temos indícios, temos relatos de homens e mulheres que presenciaram a destruição do cemitério, temos a memória daqueles que ouviram de seus pais e avós as histórias do reinadeiros⁶. E temos a possibilidade de, através das perguntas, muitas delas sem respostas, discutir a história de uma perspectiva que ultrapasse a

6 No Portal EmRedes é possível encontrar uma série de documentos relacionados à questão, tais como fotos da antiga Igreja de Nossa do Rosário e do momento da destruição do cemitério, fotos da construção do Mercado Municipal, transcrição de entrevistas feitas com cidadãos divinopolitanos que presenciaram a destruição do cemitério e outros.

História Oficial, que englobe os seres humanos em seus fazeres e afazeres cotidianos, que considere o trabalho, o lazer, a celebração da fé, o culto aos mortos e todas as atividades culturais próprias dos seres humanos, por eles realizadas neste processo de se fazerem humanos.

3.3 Projetos de extensão

Desde sua constituição como centro de pesquisa e extensão, o Centro de Memória tem trabalhado também com projetos de extensão, sempre com o apoio do Programa de Apoio à Extensão (PAEX) da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Como os limites deste texto não possibilitariam apresentar a extensa relação de trabalhos já desenvolvidos na última década, apresenta-se, aqui, os projetos desenvolvidos no ano de 2018:

- Projeto de Extensão “Arte e Contemporaneidade: o teatro como prática pedagógica nas escolas da educação básica”;
- Projeto de Extensão “Adolescentes, dependência química e educação: O enfrentamento da violência e da evasão escolar”;
- Projeto de Extensão “A trajetória negra contada e cantada por meio do samba”.

Não sendo possível, neste trabalho, analisar cada um dos temas dos projetos de extensão aqui citados, bem

como outros desenvolvidos nos anos anteriores, salienta-se o caráter extensionista de cada um dos trabalhos e a imersão da Universidade na escola básica, nas comunidades terapêuticas com trabalho com adolescentes, nas rodas de samba e grupos ligados ao movimento negro. Contribuir com cada um desses grupos na realização de seus trabalhos, reconhecer e valorizar o conhecimento que ali se produz, narrar as experiências que ali se realizam, disponibilizar a cada um desses grupos o conhecimento produzido na Universidade: esses são os princípios que orientam os projetos de extensão que vêm sendo desenvolvidos pelo Cemud.

4 Considerações finais

O trabalho universitário e, mais especificamente, a extensão universitária, como qualquer fazer humano, não é neutro. Considerando a impossibilidade da neutralidade, afirma-se aqui a perspectiva do trabalho que vem sendo realizado pelo Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho: a perspectiva do compromisso com o processo de mudança social, com a construção de uma sociedade em que a diversidade e as diferenças sejam respeitadas e reconhecidas e em que a desigualdade seja combatida.

O inacabamento do ser humano, como nos diz Paulo Freire (1983), exige de todos e todas nós o compromisso com a transformação e com a negação de toda e qualquer fatalidade. Se partimos do princípio de que o ser humano não é,

mas, sim, está sendo, consideramos, então, a possibilidade de transformar a sociedade na qual vivemos.

Este é o compromisso que orienta a atuação extensionista do Cemud.

Referências

BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor; HABERMAS, Jurgen. **Textos Escolhidos**. Traduções de José Lins Grünnewald *et al.* São Paulo: abril cultural, 1980. (Os pensadores)

CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. A construção do saber científico: algumas posições. *In*: CARVALHO, M. C. M. (org.). **Construindo o saber** – Metodologia Científica. 14 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001. p. 63-86.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MORAIS, João Francisco Regis de. Ciência e Perspectivas Antropológicas Hoje. *In*: CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (org.). **Construindo o saber** – Metodologia Científica. 14 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001. p. 87-94.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces** – Revista de Extensão, v. 1, n. 1, p. 5-23, jul./nov. 2013.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1: A crítica da Razão indolente: contra o desperdício da experiência.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SARAMAGO, José. **Memorial do Convento**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.